

Tendências e perspectivas do mercado da Educação Superior privada

¹ Diretor-geral da Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/RS.

² Mestre em Linguística Aplicada pela PUCRS e Professora da ESPM/RS..

Um dos maiores problemas do ensino superior é a evasão, que em 2006 era de 12,4% nas instituições públicas e de 25,4% nas particulares. A média nacional de abandono é de 21,7%.

A idéia de fazer uma análise que permita estabelecer perspectivas futuras para um setor de mercado é extremamente difícil; em especial, quando tal setor está passando por períodos de instabilidade, turbulências conjunturais. Essa é a situação do mercado educacional.

Esse quadro encontra-se agravado por mais três fortes realidades:

- I) Acirramento da concorrência nos seus mais diversos nichos ou níveis educacionais (fundamental, médio e superior).
- II) Pressão no aumento dos custos de operação provocado pelo altíssimo nível de inadiplência.
- III) Ingresso de competidores internacionais no setor educacional.

Some-se a isso, tanto no âmbito da norma civil quanto da norma educacional, uma legislação – MEC –, diferenciada

para cada patamar ou nível educacional.

Dessa forma, com a finalidade de minimizar previsões de amplitude e orientação inadequadas sobre a questão em que este artigo debruça-se, iremos, portanto, apresentar concisa, mas apropriadamente, a situação do mercado educacional de tal forma que seja possível, ao mesmo tempo, delinear de maneira descritiva e informacional a realidade das Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, bem como, a partir do quadro configurado por tais informações, apontar para a complexidade da situação, para a urgência de atitudes concretas e objetivas por parte dos responsáveis e interessados em uma educação de valor.

É importante, nesse sentido, iniciar a discussão analisando alguns dados e informações quantitativas da realidade brasileira do setor.



Atualmente, embora o Brasil tenha apenas 8% da população com ensino superior completo, a ociosidade das vagas oferecidas beira o patamar de quase 50%. Por outro lado, um dos maiores problemas não resolvido no ensino superior é a evasão. Dados de 2006 apontam que 12,4% dos alunos de instituições públicas desistiram de seus cursos. Já nas particulares, esse índice dobra, chegando a 25,4%, o que nos dá, em média nacional, o espantoso índice de 21,7% de abandono.

O Rio Grande do Sul não fica longe de dados alarmantes como esses. A demanda reprimida – pessoas que voltam aos estudos após os 25 anos de idade – é principalmente atendida pelo avanço dos chamados cursos tecnológicos, que têm duração por volta de dois anos e que atingiram 320% de crescimento no número de matrículas entre os anos 2000 e 2006.

Outra realidade que tem colaborado para acentuar o problema é a EaD – Educação a Distância – segmento que apresenta um expressivo crescimento ao longo dos últimos anos. Vejamos os dados do Centro de Inteligência Competitiva da ESPM: a EaD atingiu crescimento de 315% nas matrículas e 571% na oferta dos mais variados cursos e programas educacionais, incluindo aqui a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com a formação de professores para a rede pública.

Nesse contexto, é possível prever uma redução da demanda pelo ensino superior privado e, até 2010, um crescimento de 100% no atendimento pelo setor público. Contribuirão para isso a UAB e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – que prevê significativo aumento na ampliação de vagas em tal segmento.

Em um primeiro plano, analisando apenas esses dados macro iniciais, pode-se perceber rapidamente que profundas mudanças poderão acontecer em um futuro próximo:

I) Forte investimento pelo Governo Federal (até 2010), incrementando o papel da universidade pública no contexto educacional brasileiro.

II) O setor privado atinge a maturidade, estágio no qual fica evidenciada a oferta maior que a demanda, prejudicando com isso maiores investimentos no setor.

Oportunidade

Dado que os investimentos, tanto públicos quanto privados, estão concentrados nas grandes capitais e nos grandes centros urbanos, notam-se oportunidades de crescimento ainda nas regiões periféricas, em especial, no interior do Centro-Oeste e do Norte do País. Nesse campo, o

Situação atual Mercado no Rio Grande do Sul

- Embora a agricultura esteja apresentando recuperação, o poder de decisão das grandes empresas têm saído do estado;
- Em vários setores, mas em especial o calçadista, as empresas estão buscando crescer ou mesmo instalar-se em outros estados;
- Simultaneamente Porto Alegre tem programado uma série de investimentos, alguns em fase de conclusão como o Barra Shopping, outros em fase de definição do vencedor da licitação como a revitalização do Cais do porto, projeto estimado em R\$400 milhões de investimento.

Fonte: Núcleo de informações ESPM

investimento público está caminhando à frente. Enquanto o mercado aguarda o Congresso Nacional aprovar a Reforma Universitária, que limita a participação de estrangeiros a 30% do capital volante das instituições, os grupos estrangeiros ganham cada vez mais espaço no mercado do ensino superior brasileiro. No outro extremo dessa reforma, com as diversas variantes do Código Civil Brasileiro, não se pode contar com a eficácia desse ato quando se conhecem os meandros da economia brasileira, tais como os contratos de gaveta, contratos “laranjas”, etc. Atento às dificuldades enfrentadas por tradicionais e qualificadas instituições de ensino, o setor privado depara-se com grupos “educacionais” que, através de abertura de capital, encontram oportunidades de aquisição e fusão de instituições, ampliando cada vez mais seu poder no setor.

A interferência do governo por intermédio do MEC é cada vez maior. Ao invés de aprofundar a regulamentação do setor através do aprimoramento dos instrumentos de fiscalização, essa interferência, quando acontece, se dá no caminho inverso, com legislações mutáveis e su-

jeitas às instabilidades políticas. Isso impede às instituições de ensino um planejamento de longo prazo. O governo, por sua omissão, permite o surgimento e o crescimento de grupos educacionais de caráter mais comercial que, através de intensos lobbies, obtêm proveitos individuais que oferecem pouca contribuição à coletividade e competem de forma desigual com as instituições focadas no ensino, pesquisa e extensão.

Estabelecido esse cenário nacional, voltemo-nos agora para a situação atual no Rio Grande do Sul.

A partir do quadro ao lado, verificamos que o Rio Grande do Sul vem recebendo fortíssimos investimentos na revitalização do negócio internacional de distribuição de produtos. No que tange aos investimentos setoriais, em virtude da gravíssima crise política enfrentada pelo atual governo, além da indefinição, outro fator contribui para o problema, qual seja, a incredulidade do planejamento de investimentos do setor público em função da crise política e econômica enfrentadas pelo Estado, sem contar a fuga ou letargia nos investimentos privados no Rio Grande do Sul.

Analisando o gráfico, podemos perceber que em 2006 o Rio Grande do Sul contava com 102 instituições de ensino superior, sendo 10 públicas e as demais 92 privadas. A população apta a ingressar no ensino superior é de 2 mil a 2,5 mil alunos por instituição, considerando as pessoas com o seguinte perfil: escolaridade adequada, mínima capacidade de renda, empregada.

Com o expressivo crescimento da oferta de EaD, haverá redução da demanda pelo ensino superior privado e, até 2010, um aumento de 100% no atendimento pelo setor público.

Em apenas oito anos, o número de IES públicas cresceu 84%. No setor privado, houve um crescimento de 300%. Resta saber se esse crescimento é compatível com as necessidades do setor.

Todavia, ao tomarmos os últimos acontecimentos nos anos de 2007 e 2008 com o fortalecimento da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), o aumento das vagas ofertadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o investimento na nova Universidade Federal do Pampa (Unipampa), fica evidente que esse número decairá para algo próximo de mil 1,5 mil alunos por instituição.

A fim de compreender esse cenário, a tabela abaixo é significativa, pois apresenta o panorama da evolução do setor educacional no Rio Grande do Sul.

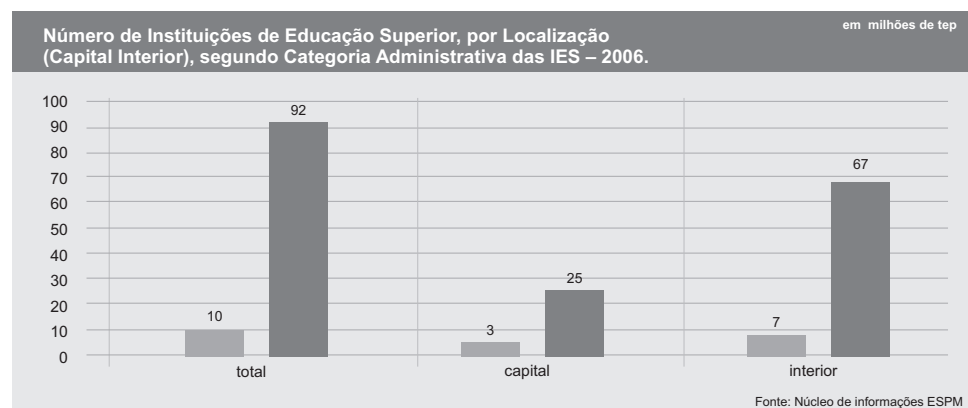
Percebe-se, portanto, que, em apenas oito anos, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) cresceu 84%. Nota-se igualmente que, no que tange às IES particulares, houve um crescimento de cerca de 300%. Nessas condições, torna-se importante refletir sobre a seguinte questão: esse crescimento absurdo, pelo ângulo de qualquer análise mercadológica, é compatível e razoável perante as necessidades do setor?

A última tabela, apresentada a seguir, contribui para corroborar o forte momento de expansão e investimentos no setor, a saber, o número de operações cresceu 900% entre o primeiro semestre de 2007 e o primeiro de 2008. Até julho de 2008, foram realizadas 30 transações no setor educacional. Por fim, mais de 50% das ações das Instituições de Ensino Superior, que abriram seu capital, acabaram sendo compradas por investidores estrangeiros.

Tendo em vista os aspectos discutidos, é possível constatar que o objetivo principal da maior parte dos grandes grupos aquisidores é o público das classes C

e D, de onde partirá a maior contribuição de demanda por vagas no Ensino Superior nos próximos anos.

Dado o cenário delineado, é possível afirmar que o Rio Grande do Sul está absolutamente inserido nele. Apenas nos últimos meses, duas IES no interior do Estado foram compradas pelo Grupo Anhangera Educacional Participações S.A., e outra faculdade, a saber, a ESADE, adquirida pela investidora norte-americana Laureate International Universities, a mesma que adquiriu a Universidade Anhembi/Morumbi, em São Paulo. Em agosto deste ano, foram descobertas



informações sobre a suposta venda de um dos melhores centros universitários do Estado, a UniRitter, com sedes em Canoas e Porto Alegre. Mais uma evidência de que o Rio Grande do Sul faz, sim, parte dessa inquietante realidade.

Os dados dos gráficos acima igualmente contribuem para delinear de forma mais objetiva e contundente a situação que estamos descrevendo. Uma rápida análise da tabela permite verificar que, em 2006, o Rio Grande do Sul contava com 2.573 cursos universitários, o que representa uma média de 850 alunos por curso e menos de 80 alunos por série. Já o gráfico aponta para a existência da oferta de 107.063 vagas, distribuídas em 2.573 cursos. Temos, portanto, uma média inferior a 45 vagas por curso.

Lembrando que o índice médio de evasão é de 21%, a média de vagas por curso cai então para 34%. Mesmo aplicando a média de oito séries, não teremos o menor nível de sustentabilidade no setor. Isso sem considerar a inadimplência como mais um agravante.

O contraponto dessa análise pessimista, embora real, do setor econômico mostra-nos outra perspectiva. Pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE/USP), divulgadas no início de agosto, demonstram que a classe média cresceu 51,89%. Desde 2003, o percentual daqueles denominados como pobres vem caindo, de 35% para os atuais 24,1% da população.

Já no caso de pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, verifica-se que a taxa de fecundidade da população apre-

senta uma redução significativa: de 1,8 nascimentos por cada mulher em 2008 contra 6,3 nos anos 60. Segundo o IBGE, a projeção era de que essa taxa fosse atingida somente em 2043. Os resultados dessas pesquisas permitem que se considere que a tendência é de melhoria na renda e no padrão de vida no País. Como consequência, a demanda por educação de qualidade, a um custo mais elevado, poderá aumentar ao longo dos próximos anos.

Algumas considerações sobre o panorama apresentado

Os dados apresentados, em síntese, apontam para a necessidade de nos preocuparmos com a qualidade que se obtém do mercado educacional. De um lado, há o governo procurando ganhar espaços na mídia, mostrando seus esforços para a ampliação do número de vagas. De outro, encontra-se o setor privado voltado ao lucro e à rentabilidade do negócio.

Contudo, embora o que está dito seja verdade, uma análise superficial da mesma pode levar a conclusões inadequadas, que também não contribuem para abordar o problema.

O governo procura ganhar espaços na mídia, mostrando seus esforços para a ampliação do número de vagas, e o setor privado volta-se ao lucro e à rentabilidade do negócio.

Crescimento no número de instituições de ensino no RS

	número de instituições	con./conf./fil.	privadas
1999	27	11	16
2000	44	29	15
2001	41	30	11
2002	53	34	19
2003	66	37	29
2004	74	39	35
2005	89	41	48
2006	92	42	50

Fonte: Núcleo de informações ESPM

É claro que é precipitado afirmar que o governo está errado em buscar a ampliação das vagas e, com isso, o engajamento cada vez maior da sociedade brasileira como um todo na participação de um mercado, até então, cada vez mais elitista e sectário; nem que a instituição privada está errada em buscar no negócio educacional o retorno de seu investimento, ou seja, o lucro.

O problema está exatamente nesta dicotomia: cada um visando sua análise de eficiência pelos resultados quantitativos, sobrando pouco espaço para a busca da excelência acadêmica na produção do conhecimento e no desenvolvimento da capacitação efetiva do aluno.

Nessa perspectiva, os aspectos tratados levantam uma segunda questão: até onde podemos ir num setor em que há um mercado que centraliza sua principal visão, seu planejamento, suas ações e sua avaliação na pura e simples quantificação de resultados numéricos?

Voltemo-nos agora para o setor público, cujos programas como o Universidade para todos (ProUni), por exemplo, abrem dezenas de milhares de vagas em escolas particulares em troca de benefícios fiscais.

Supondo a realidade apresentada, vejamos algumas conseqüências imediatas para um aluno carente contemplado pela bolsa que passa a freqüentar uma instituição privada: (i) material necessário para um desempenho adequado no curso; (ii) a localização entre a IES e o local onde mora o aluno – custos de deslocamento e tempo; (iii) sem contar o aspecto social – permitir o acesso à universidade de forma

		total	capital	interior
Rio Grande do Sul		1.432	204	1.228
Pública		291	69	221
	federal	226	70	157
	estadual	65	1	64
	municipal	-	-	-
Privada		1.141	134	1.007
	particular	116	51	65
	com./confes./filan.	1.025	83	942

Fonte: MEC/Inep/Deaes. CET/FaT - Centros de Educação Tecnologia e Faculdades de Tecnologia

alguma exige que se pense a importância dos fatores sociais envolvidos nesse novo círculo de convivência. Como é possível verificar, tornar alguém um aluno no sentido pleno vai muito além da momentânea isenção da mensalidade.

Dessa forma, é claro que as instituições públicas de ensino deveriam, também, voltar suas vagas para tais alunos, promovendo equilíbrio social, enfatizamos novamente ser esse um dos pilares fundamentais que justificam e sustentam os programas de bolsas. Muito pelo contrário, nas instituições públicas que, por hipótese, deveriam estar voltadas para contemplar alunos carentes, encontramos o clássico paradoxo: pessoas com alto poder econômico ocupam vagas voltadas para pessoas de baixa renda. Além de terem condições de pagar uma universidade privada, dispõem de recursos para várias outras atividades da vida acadêmica e social.

Quando os alunos carentes não conseguem bolsas, a situação fica pior: depauperamos com alunos tendo que arcar com mensalidades insustentáveis, além de todas as exigências e necessidades que, como mencionamos de forma simpli-

ficada, acompanham a formação acadêmica. Mais uma vez a inclusão torna-se um peso, pois esses alunos passam a ter que buscar por conta própria aquilo que deveria estar assegurado pelas instituições de ensino públicas.

A situação agrava-se por mais um motivo. O que vemos, de um lado, é o prevaletimento eleitoral do governo pela abertura de inúmeras vagas sem a preocupação do controle, da efetiva participação do programa no contexto global. De outro, vemos as instituições privadas beneficiadas com as benesses fiscais sem a menor preocupação com a efetiva inclusão social desse aluno e, muito menos, com o interesse em saber das conseqüências trágicas que a frustração poderá trazer a esse cidadão. Evidentemente, programas que impulsionem a educação trazem benefícios para muitos, mas dada a perspectiva pela qual a estamos abordando – a qual sem dúvida deve ser trazida à luz e discutida para um tratamento sério e responsável do problema – esses benefícios poderiam ser destinados – e usufruídos na sua plenitude – por todos os brasileiros.

Quem escreve este artigo não é um reitor ou mesmo diretor de uma instituição

A falta de regulamentação permite o surgimento e o crescimento de grupos educacionais de caráter mais comercial que competem de forma desigual com as instituições de ensino.

de ensino, mas um pai preocupado com o que estão fazendo e como está se configurando o cenário para o seu filho, para os nossos filhos, e a difícil vida competitiva que eles enfrentarão do lado de fora de uma instituição de Ensino Superior.

Conclusão sobre o panorama futuro

Conclusão sobre o panorama futuro

Não vamos concluir este artigo com três ou quatro conclusões simplistas e triviais sobre o futuro e a perspectiva do mercado educacional.

É claro que o fato de uma pessoa economicamente privilegiada ingressar em uma universidade federal não é aviltante. O que se está dizendo aqui não é que os alunos de classes privilegiadas não devem ter acesso às instituições públicas, mas sim estamos chamando atenção para o fato de que governo não pode negligenciar aqueles que tais instituições devem igualmente privilegiar.

Aqui uma reflexão responsável deve contemplar o seguinte desafio: qual a melhor forma de beneficiar os alunos carentes através de programas como o ProUni?

Finalizamos levantando agora outras questões igualmente importantes quando

o que está em discussão é o ensino privado – até porque não temos respostas prontas para tais dilemas e paradoxos.

- Qual instituição de Ensino Superior compreende a premência por zelar e fortalecer o seu corpo docente?
- Qual instituição de Ensino Superior se responsabiliza e capacita seus funcionários como investimento também importante quando se pensa em qualidade do ensino privado?

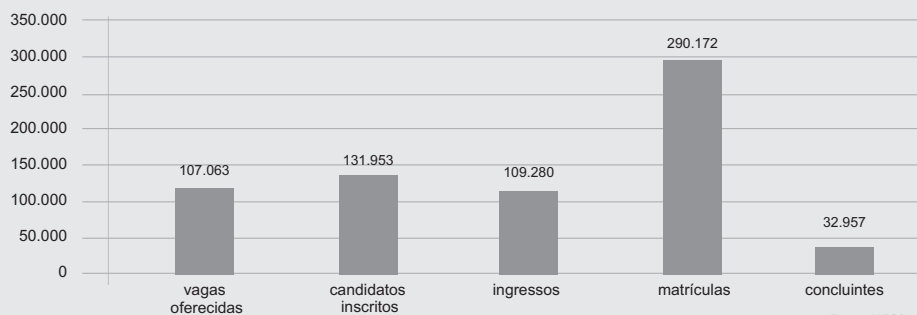
Por fim, perguntamo-nos:

- Qual instituição de Ensino Superior preocupa-se e procura fazer o melhor que pode para cuidar dos seus alunos como se cuidasse dos seus próprios filhos?

De tudo o que apresentamos, restamos enfrentar os seguintes aspectos: por

ora, não há como prever responsabilmente, pelo menos em curto e médio prazo, boas perspectivas para o setor educacional no Brasil. Sob o aspecto da lucratividade, as perspectivas mostram-se promissoras. Infelizmente, sobre os aspectos para os quais as IES, sejam elas públicas ou privadas, existem, a saber, a excelência e a qualidade do ensino, menos ainda se tem a dizer. Entretanto, há duas formas de acolhermos a realidade do ensino superior no Brasil e no Rio Grande do Sul que os dados descreveram. A primeira delas é tomá-los como indícios desestimulantes; a segunda, como base para decisões acertadas sobre como compreender a natureza e a configuração do problema e partir em busca de soluções concretas, viáveis e de qualidade.

Número de Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos, Ingressos, Matrículas e Concluintes, em Instituições de Ensino Privadas, no Rio Grande do Sul.



Fonte: MEC/Inep.

*inclui vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Avaliação, mudança de curso dentro da IES, transferência (vindo de outras IES, excluído *ex-officio*), transferência *ex-officio*, acordos internacionais. Seriado no Ensino Médio e outros tipos de Seleção.